

**O CLUBE NAVAL E A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA:
IDEOLOGIAS E SENTIMENTOS REPUBLICANOS DOS OFICIAIS DA
MARINHA ENTRE 1884 ATÉ 1889.**

Luiza das Neves Gomes

Mestranda do Programa de Pós
graduação em História da
Universidade do Estado do Rio de
Janeiro – PPGH/UERJ.

luiza_uerj@yahoo.com.br

O presente trabalho se dedica à análise das discussões e participações de membros do Clube Naval nos eventos que culminariam na Proclamação da República. Para tanto, apresenta-se o complexo contexto da "questão militar" da década de 1880, para assim entendermos a formação do Clube Naval nos tempos conturbados que marcaram a Abolição e a transição da Monarquia para a República.

Esse artigo foi pensado já que poucos são os trabalhos que se preocupam com a análise da dinâmica interna da instituição militar e, principalmente, sobre a maneira como se define a forma de pensar e agir de seus membros, conferindo-lhes características particulares que irão influenciar o modo como os militares se relacionam com o chamado “mundo de fora”.

Outra perspectiva de análise será a desmistificação da Marinha como uma corporação que estaria à margem do processo de proclamação da República. Vamos observar que o “republicanismo da Armada” parece ser de maior amplitude e duração no tempo do que supõe a historiografia .

Em diversas obras a Marinha aparece como uma instituição elitista desligada dos sentimentos que avassalavam o país e indiferente à evolução que tão profundamente que viria alterar a face institucional da nação. Lauro Nogueira Furtado de Mendonça no quarto volume do Livro da História Naval Brasileira complementa dizendo que é fato corriqueiro a apresentação da oficialidade da Armada

como corporação alheia às discussões que se processavam no país, ou posta à evolução social impenetrável ao movimento positivista que sacudia o Exército e até mesmo anti-abolicionista. (2001,p.149)

O entendimento da Armada no pós-guerra do Paraguai se mostra essencial, na medida em que através deste se pode apreender tanto a constituição ideológica quanto até mesmo corporativa da Marinha, aliado a isto, a demonstração do papel que estes desempenharam no desejo de se construir um novo Brasil.

Neste sentido, a Guerra do Paraguai constituiu um marco para as forças armadas e foi de extrema importância para os acontecimentos que culminaram com a implantação do regime republicano no Brasil. O trabalho de José Miguel Arias Neto vai ser de grande importância, pois ao analisar cartas endereçadas à Arthur Silveira da Mota¹ pelo pai, amigos e companheiros e jovens oficiais da Armada e do Exército durante a Guerra do Paraguai pode-se se ter uma idéia de como começaram a ser construídas determinadas categorias de pensamento que serviram para analisar e designar a vida militar, classificar as insatisfações e finalmente, engendrar determinada ação política. (ARIAS NETO,2008, p.2-3)

Arias Neto constata na leitura das cartas, que devido às expectativas de uma guerra rápida e à lentidão das operações militares passou a exasperar a todos na esquadra e tornou-se um mal-estar que foi se acentuando com o passar do tempo. A opinião pública, através da imprensa, o Parlamento e o próprio imperador, muito contribuíram para aumentar este desespero, na medida em que exigiam resultados visíveis e imediatos, ou seja, uma vitória rápida. Os oficiais inquietavam-se pois deparavam-se com toda a sorte de adversidades: desde as doenças que começavam a dizimar as guarnições até os problemas logísticos de abastecimento da esquadra. (2008,p.5)

Todo o quadro que caracterizou a guerra do Paraguai permitiu a emergência de um grupo de jovens militares “desprestigiados e desvalorizados”. O ressentimento de alguns membros da Armada estimulou a elaboração de planos para uma ação reformista. Tratava-se, portanto, de um grupo específico que se constituía: o dos militares

¹ As correspondências foram publicadas na obra do barão de Jaceguay, *De Aspirante à almirante: minha fé de ofício documentada*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985, (2 v.).

reformistas, no qual sua linguagem misturou-se em um primeiro momento à dos liberais e que permitiu mais tarde a condução de uma oposição ao regime escravista e monarquista.

A tese de doutorado de Tito Henrique Queiroz será de grande importância neste trabalho, pois irá tratar da história do associativismo militar no Brasil e apontar o porquê do pioneirismo da Armada neste tipo de associação. Queiroz, ressalta que foram as dificuldades financeiras e políticas que passava a Marinha nas décadas de 1870 e 1880 que provocaram as associações dentro dessa corporação. (1997, p. 68)

O autor destaca que os heróis do Prata receberam títulos nobiliárquicos, tais como os do Exército, mas sua projeção política nunca foi significativa, ao contrário: a pasta da Armada só foi ocupada por civis de Janeiro de 1864 até junho de 1889. Sobre a situação de um oficial após a Guerra do Paraguai o autor diz:

“(...) Três grandes dificuldades encerravam a carreira à qualquer aspiração. A primeira estava na lei de promoções que consagrava o princípio da Antiguidade sem nenhuma condição ou exigência; a segunda era a remuneração extremamente reduzida que nem sequer garantia a subsistência decente ao oficial e que era causa de afastarem-se do quadro as mais legítimas vocações; e terceiro a acumulação de altas patentes que ocupavam lugares na escala não obstante não exercerem comando no mar por incapacidade técnica ou impossibilidade física” (QUEIROZ,1997,P.69).

Financeiramente, a última tabela de vencimentos do Império foi a de 1872, e a última lei de promoções foi em 1873, ou seja, tudo isso gerou mais uma inquietação dentro da Armada. Dessa forma, Queiroz ressalta que essa situação da Armada não leva a crer que ela fosse mais aristocrática e preferida pelo Império do que o Exército, e ainda destaca que mesmo esse teria maior peso político do que a Marinha.(1997,p.70).

Lauro Nogueira Furtado de Mendonça destaca o trabalho do tenente Alves Câmara que revela o tratamento desigual, no ano de 1878, das forças de terra e as do mar. Assim, aponta cinco desigualdades:

- “1) direito de poder transportar sua esposa, filhos, parentes e toda sua prole, de um ponto a outro do País, à custa do Governo, quando o oficial da Marinha só poderia fazer à custa de seu vencimento;
- 2)direito a um criado que ganhava vinte mil réis mensais, ou à percepção dessa quantia. O oficial da Marinha somente poderia dispor de um militar de seu navio, com o ganho de seis mil seiscentos e setenta e sete réis, sem direito à percepção dessa quantia, por opção;

- 3)direito a tratamento médico para si e sua família, concedido aos oficiais do Exército, enquanto os da Armada teriam apenas tal direito para si, e isto no hospital;
- 4)direito à permanência de seus vencimentos na íntegra, pois completado o tempo de embarque correspondente à patente, era desembarcado, passando a receber soldo simples, o que não ocorria nas forças de terra;
- 5)direito a que a família, em caso de morte, recebesse a pensão equivalente a meio-soldo, sem contribuição alguma, como ocorria no Exército.” (2001,p.15)

O autor completa: “Que classe é essa que não goza de direitos, nem de privilégios?” São estranhas essas palavras para uma corporação que pretendem alguns ter sido a pupila do Império. (2001,p.16)

Jonh Shulz também aborda a situação da marinha nesse momento afirmando que a escala de salários da marinha era inferior ao do exército e destaca que na Gazeta de Notícias, de 01/03/1888, afirmava-se que um guarda-marinha ganhava no Rio a mesma coisa que o inspetor de fazenda analfabeto, enquanto que um Almirante recebia um salário equivalente ao de um assistente de guarda-livros. (1994,p.119)

Por tudo isso, pode-se dizer que as associações militares começaram primeiro na Armada do que no Exército. Já em 1871 surge o Clube da Marinha que foi extinto no ano seguinte. Somente em 1882, se tentaria formar uma nova associação militar: o Círculo da Marinha, por iniciativa do Vice-Almirante Barão de Jaceguai (que participara da diretoria do Clube da Marinha) e tendo como membros oficiais do Ministério da Marinha. Porém sua duração também fora efêmera já que o falecimento de seu tesoureiro deixou o círculo em difícil situação financeira, e a associação entrou em decadência.

Em 1884 nasce o Clube Naval reunindo 26 oficiais sobre a presidência do Capitão-de-Fragata Luis Felipe Saldanha da Gama. No dia 20 de Abril tomavam posse os novos diretores. Nessa ocasião, Saldanha da Gama comunicou, “autorizada por grande número de sócios do extinto Círculo de marinha a adoção de todas as importâncias que lhes cabiam em virtude da dissolução do mesmo Círculo”. O Clube foi criado para oferecer “um local onde a oficialidade pudesse recrear-se pelo estudo e pelos exercícios corporais, aperfeiçoando-se no manejo de arma”(ARIAS NETO, 2008,p.17). Um ano após sua inauguração, o clube contava com 120 sócios.

Segundo José Miguel Arias Neto, idéias abolicionistas, republicanas, positivistas e corporativistas frutificaram e várias associações de classe, das quais merecem destaque o Clube Naval e o Clube Militar. Constituíram-se em órgãos dirigentes e mobilizadores, capazes de interferir na esfera política e nos acontecimentos que levaram à proclamação da República. (2008,p.12)

É importante destacar que durante a Guerra do Paraguai o contato dos nossos militares com os dos países platinos, de regime republicano, tornou o ambiente militar propício à mudança da forma de governo imperial. A democratização do acesso ao oficialato, as perspectivas de progresso na carreira e a alforria dos escravos alistados nos países platinos revelaram as contradições do Império brasileiro.

Com essa nova maneira de pensar e agir aliada à autoconfiança adquirida com a vitória na Guerra do Paraguai verifica-se que alguns oficiais dessas duas forças constituíram determinado nível de solidariedade, articulados por interesses comuns que diziam respeito à necessidade de fazer com que os poderes públicos ouvissem os oficiais.

Assim, com o fim da Guerra as tropas da armada e do exército, unidas por mais de cinco anos, sentiram a necessidade de manter o relacionamento, unindo-se em agremiações que permitissem a manutenção, de alguns laços que os haviam interligado, quando expostos aos perigos que lhes haviam sido comuns.

A Guerra do Paraguai serviu como divisor de águas na busca histórica dos chefes militares brasileiros por sua destinação verdadeira na sociedade, já que lhes proporcionou um sentido de solidariedade corporativa, permitindo assim o nascimento de importantes associações militares. Segundo Herculano Gomes Mathias:

“Convivendo os militares brasileiros com seus colegas de farda, argentinos e Uruguaios, nas Campanhas do Prata, na segunda metade do século XIX, estabeleceu-se uma série de troca de opiniões, de várias naturezas e especialmente o que se referia a assuntos de natureza política. Também, como resultante da solidariedade e do companheirismo manifestado entre os combatentes aliados, nos rudes combates em que se haviam empenhado, ombro a ombro, surgiram as primeiras tentativas de se fortalecerem os laços de camaradagem com a criação de associações destinadas a congregar em nível de amizade, os colegas de farda.” (MATHIAS,1997,p.14)

Por tudo isso, pretendo mostrar neste artigo que alguns oficiais da Marinha também estavam envolvidos tanto na questão abolicionista quanto nas discussões republicanas no Brasil, refutando a historiografia que apresentam apenas o Exército como principal agente da República, renegando a participação da Marinha na vida política do país. Contudo, é preciso uma perspectiva abrangente ao processo de crescimento da Marinha no combate e na reivindicação contra algo que ameaçasse na sua visão, a ordem e o progresso do país, e compreender como o positivismo estava presente nesta nova amostragem nas ações da Marinha.

A influência positivista, doutrina que teve crescente aceitação entre os militares depois de 1872, vai aparecer não só no Exército, mas também na Marinha. No livro História do Positivismo, Ivan Lins transcreve a carta do Dr. Louis Auguste Segond, dirigida a Augusto Conte, com data de 30 de Setembro de 1857:

“Segundo minhas primeiras observações, o Positivismo foi particularmente estudado no Rio de Janeiro, pelo alunos da Escola da Marinha; o livreiro Garnier vendeu-lhes vários exemplares do Livro de Filosofia Positiva.” (LINS,1967,p.35)

Comenta Ivan Lins que já em 1857 houve a penetração do Positivismo na Escola da Marinha, o que vai de encontro aos historiadores que consideram que a primeira instituição a receber influência da doutrina de Conte foi o Colégio Militar, tendo como projetor Benjamin Constant.

O fato é que somente a formação técnica desses jovens militares nas escolas provavelmente não levaria a uma vigorosa oposição intelectual e política senão fosse pela introdução do positivismo . Para José Murilo de Carvalho foi o positivismo presente na formação militar desde 1850, que deu aos militares a perspectiva filosófica que lhe permitiu articular intelectualmente sua oposição política à elite civil. (1996,p.75)

Jovens de baixas patentes, que pertenciam a ala mais radical dos militares republicanos formaram o principal núcleo militar, junto a outros grupos de militares republicanos que emergiram após a Guerra do Paraguai. Esta “mocidade militar”, definida por Celso Castro fez diversas reuniões dessa mocidade ocorrerem na casa de

Serzedelo Corrêa², visando a criação de círculos militares nas principais guarnições.(1995,p.89)

Assim, em Junho de 1887 à pedido do Coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos, em nome do Tenente-General José Antônio Correia Câmara, foi concedido o uso dos salões do Clube Naval aos oficiais do Exército para tratarem da organização do Clube Militar.

Nesta reunião foi produzido um projeto para regulamentação de uma “associação militar”, no qual foi citado em um correspondência de Sena Madureira e destacado no texto de Celso Castro :

“Escrevendo a um colega gaúcho, Sena Madureira comenta a tarefa da comissão: Organizar os estatutos dos círculos dos clubes militares, que desejamos fundar aqui e em todas as guarnições importantes, no intuito de unir a classe para a defesa de nossos interesses comuns e prepararmo-nos para a luta que teremos de sustentar contra as becas. Esta já se desenha no horizonte (...)” (1995,p.126)

Oficiais organizaram o clube Militar como associação permanente para defender seus interesses, sendo Marechal Deodoro da Fonseca eleito presidente e o Capitão-de-Mar-e-Guerra Custódio José de Melo o Vice-Presidente. Pelo artigo 1º, as finalidades da associação eram: §1º) Estreitar os laços de união e solidariedade entre os oficiais das diferentes classes do exercito e da marinha; §2º) Desenvolver o gosto pelo estudo dos diversos ramos da instrução profissional, por meio de palestras e conferências militares;§3º) Defender pela imprensa e junto aos poderes do Estado os direitos e legítimos interesses da classe militar. (CELSO CASTRO, 1995,p.127)

A cessão do Clube Naval para a realização de tão significativo evento,à vista da posição política do Coronel Cunha Matos, fortemente envolvido na chamada Questão Militar, e a eleição de Custódio de Melo para a vice-presidência dessa tão expressiva associação, não podem deixar de ser consideradas quando da apreciação dos fatos que terminaram pela instituição do Regime Republicano, como elementos indicadores que a Marinha não se mantinha alheia aos acontecimentos, como querem alguns, porém, muito pelo contrário, algumas de suas mais expressivas personalidades tomavam posição ativa, ao lado de seus companheiros de terra, na intenção de encontrar soluções para os graves problemas que ameaçavam a estabilidade interna da nação.

² Serzedelo Corrêa foi um dos expoentes da “mocidade militar”.

Porém não era somente a parte mais alta da oficialidade que participou de todo o processo para a proclamação República e o fim do abolicionismo. Os trabalhos de Álvaro Pereira do Nascimento vão nos possibilitar entender como os jovens militares também participaram das questões militares. O autor irá analisar o caso Leite Lobo que aconteceu num dos momentos mais críticos do Império, no qual irá desembocar na renúncia do Gabinete Cotegipe. Para isso vamos analisar o Ministério de Cotegipe e conseqüentemente as cisões ocorridas na Marinha devido a esse Ministério.

A ascensão do Barão de Cotegipe como Ministro da Marinha em 1869 é um marco para entendermos as cisões entre militares e o processo abolicionista. Conservador, ao extremo, Cotegipe era inteiramente contrário a abolição total da escravatura. Alegava que o Brasil teria uma séria crise econômica, principalmente na agricultura, caso não mais existisse o braço servil.

Entre muitas medidas anti-abolicionistas, Cotegipe autorizou a criação de uma polícia noturna e empossou Coelho Bastos, como chefe de polícia do Rio e autorizou o envio de tropas à província de São Paulo com a finalidade de reprimir fugas de escravos. Cotegipe desejava acabar com as ações clandestinas dos abolicionistas que, com a porta da política oficial fechada, começavam a adentrar as senzalas.(CONRAD,1978,p.283-287)

Assim, com o Barão de Cotegipe o partido conservador ganha força. Cotegipe, escravista, foi alvo da oposição, aberta ou velada, do grupo de oficiais liberais que, partilhando com civis a mesma postura reformista, viram na política do Barão um pesar para a “classe” dos oficiais, ou pelo menos para determinado segmento desta.

Carneiro da Rocha ao escrever para o Barão de Jaceguay considerava que a política de Cotegipe reforçava a divisão da Armada em dois grupos. Escrevia ele a 6 de setembro de 1869:

“O Cotegipe, além de naturalmente vadio, ocupado pela alta política, pouco se importa com o que é da Marinha e de algum modo dá ouvidos aos grandes medalhões que não foram ao Paraguai. Pode-se dizer que a Armada está dividida em dois grupos, cada um dos quais representa idéia diferente; um é composto dos oficiais que foram e ainda estão no Paraguai; o outro é dos que, acostumados à atmosfera da Corte, dela não quiseram sair(...) desnaturados filhos da Pátria, precisávamos de um braço de ferro para de uma vez lançar-lhes o golpe da inutilidade; de outro modo teremos de observar o que ora se

vê(...)e triste do Império se não fossem as vozes eloqüentes da oposição.”
(JACEGUAY,1985,p.479)

As considerações do militar permitem constatar as cisões e fissuras que se foram produzindo no interior da Armada pela política partidária e é indicativa de uma nova identidade ou, melhor dizendo, de um deslocamento de valores, uma nova representação para aqueles que estiveram no teatro da guerra: um grupo de militares dependia de uma ação política para defesa de seus interesses, que cada vez mais tendiam a se confundir com os da pátria.

O caso *Leite Lobo*, será um dos movimentos que terão idéias liberais e que foi um fator de grande relevância para a queda do Gabinete do Barão de Cotegipe e conseqüentemente para a abolição da escravidão.

Leite Lobo era Capitão-Tenente da Marinha e tinha problemas de saúde mental. Lobo foi preso por tentativa de homicídio na estação policial da Rua Luiz de Camões por ordem do Alferes José Rodrigues Batista. Ao ser efetuado sua prisão, o Capitão foi severamente espancado pelos policiais, e o referido fato provocou ásperas críticas dos jornais. A oficialidade da Armada, ferida em seus brios, passou a exigir das autoridades em exercício as reparações que julgava de seu direito, representado por um grupo de oficiais da marinha, em cuja liderança se destacou a figura de Eduardo Waldenkolk e Custódio de Melo, este último era Vice-Presidente do Clube Militar e Presidente do Clube Naval em 1889.

Na noite de 29 fevereiro de 1888, oficiais da Marinha marcaram um reunião no Clube Naval para tomarem uma posição frente ao caso Leite Lobo. Nessa reunião foi criada a Comissão dos Treze, formada por oficiais do Exército e da Armada, no qual estavam dispostos a empregar os meios ao seu alcance para a demissão do chefe de polícia Coelho Bastos. (NASCIMENTO,1999,p.81)

Após a exposição de todos esses fatos vamos analisar como os marinheiros de baixa patente participaram no caso do oficial Leite Lobo. Álvaro do Nascimento descreve que bandos de marinheiros – muitos deles capoeiras e ex-escravos-, deram início a um ataque às estações policiais e às praças de serviços na Cidade. Tudo isto porque os policiais eram figuras que os marinheiros execravam, uma vez que o alistamento forçado de escravos e vagabundos eram feitos pela polícia. Embora os

escravos ficassem satisfeitos por vestirem a farda, passaporte para liberdade, os recrutados à força, em sua maior parte, detestavam a lembrança de que foram alguns destes policiais que recrutaram eles à força para a Marinha. Além disso, os dias de licença era o momento em que os marinheiros, saíam às ruas e sentiam a liberdade de não estarem presos à disciplina e à hierarquia a militar, porém sempre viam os policiais como repressores de sua liberdade. Provocar desordens era problemas corriqueiros na vida dos marinheiros e eles sabiam muito bem que os policiais estariam prontos para atacar e reprimir tais atos. (1999,p.85)

Essa luta contra a polícia poderia ser uma resposta às retaliações policiais, ou também poderia refletir a solidariedade entre escravos e marinheiros, pela identidade das situações que viviam cotidianamente. Nascimento também destaca que muitos escravos fugidos assentavam praças dizendo-se livres para não serem pegos pelo seu senhor.(1999,p.86)

Por tudo isso, é possível que a participação dos marinheiros no caso Leite Lobo era a exposição de sua oposição política em relação à abolição, e ao mesmo tempo era um ótimo momento para acertar as contas com a polícia.

Devemos deixar clara a participação do Clube Naval neste momento, uma vez que a participação dos marinheiros neste caso não seria possível se não houvesse a conivência de oficiais da Marinha em dar licença a todos os marinheiros. Como, de repente, aparecem tantos marinheiros na rua, durante o dia, em meio ao caso Leite Lobo? Tudo indica que foi a partir da reunião da Comissão dos treze que se decidiu pelas licenças.

Após todo esse conflito nas ruas do Rio, John Schulz destaca que no dia 4 de Março, temendo a anarquia no Rio, a princesa Isabel pediu ao Cotegipe que demitisse Coelho Bastos, porém o primeiro-ministro recusou-se em demiti-lo.(1994,p.115) Isabel pediu então a renúncia do Ministério e ordenou ao Barão que pedisse a João Alfredo que formasse um novo governo. Os abolicionistas comemoram a vitória e a ordem foi imediatamente restaurada.

Este episódio vai colocar a Marinha a favorável a abolição e teve como consequência a assinatura da Lei Áurea e a queda de Cotegipe, como queriam alguns oficiais.

Quando o oficial da Marinha, Antonio José Leite Lobo faleceu, no dia 13 de Janeiro de 1889, o Boletim do Clube Naval, registrou o fato com a seguinte nota: “Leite Lobo é morto, e o Clube Naval, no qual prestimoso sócio, vem depor em seu túmulo lágrimas de saudade”. (BOLETIM DO CLUBE NAVAL- ANO I, N° 4 – Janeiro de 1889.)

Também fica clara também posição favorável a abolição dos escravos pelos oficiais da marinha, membros do clube Naval, a partir do primeiro artigo publicado no Boletim Naval:

“ É, pois, de suprema necessidade que os poderes públicos dirijam suas vistas para esta classe, dotando-a de melhor organização, e exatamente este Boletim procurará antes de tudo cumprir o dever de apresentar idéias que sirvam de base a estudos tendentes a fazer com que a Marinha Brasileira acompanhe os progressos e a civilização que será em breve dotado o paiz para o qual raiou uma nova aurora no dia 13 de Maio de 1888. Possa o anno em que se escreveu a mais sublime pagina da História do Brasil, ser também aquele em que pela fundação deste Boletim se dêem aos primeiros impulsos para que a classe de Marinha atinja o apogeu de sua orbita”. (BOLETIM DO CLUBE NAVAL- ANO I, N° 1 – Outubro de 1888.)

A partir de tudo que foi exposto podemos perceber que nessa fase que se estende da conspiração à Proclamação da República, a visão das duas forças está bastante próxima, uma vez que também compartilham do argumento historiográfico amplamente aceito de que D. Pedro, ao invés de tirar partido do prestígio de que usufruía nos primeiros anos de reinado para fortalecer o Exército e o poder central, deixou que a relação dos militares com o governo se deteriorasse.

A incompreensão dos políticos quanto às necessidades mínimas das corporações militares, aliada à propaganda republicana que corria nas instituições militares, provocou a queda do prestígio do regime Imperial. Com o fim do regime, chega ao fim a Armada Imperial e tem início o período da Marinha republicana, “doravante responsável pela manutenção da dignidade e dos interesses nacionais” (MENDONÇA, 2001:155).

Mesmo que ferida em sua honra e aviltada pelos políticos, o entendimento sobre a mudança de regime não foi questão unânime na Marinha, o que não quer dizer, novamente, que era ela alheia aos problemas nacionais. Suas divergências estavam

inseridas no panorama mais amplo de disputas político-ideológicas presente na sociedade da época e que se fez presente não apenas na Marinha, mas também no Exército: “Certamente, a Armada seria fiel à Monarquia, porém também o era o Exército. Não é possível, entretanto, duvidar de elementos da Armada que, em consonância com as mesmas forças que agiam nas tropas de terra, almejavam a mudança do regime” (MENDONÇA, 2001:156)

Fonte Primária:

BOLETIM DO CLUBE NAVAL- ANO I, N° 4 – Janeiro de 1889.

BOLETIM DO CLUBE NAVAL- ANO I, N° 1 – Outubro de 1888.

BIBLIOGRAFIA

ARIAS NETO, José Miguel. *A Marinha e o Fim da Monarquia*. Trabalho apresentado no II Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. A Marinha e o fim da Monarquia. Realizado pela ABED -Associação Brasileira de Estudos de Defesa em 2008.

_____. *Em Busca da Cidadania: praças da armada nacional (1867-1910)*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Dos Governos Militares a Prudente-Campos Sales*. In: Boris Fausto (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. O Brasil Republicano, DIFEL, 1977.vol. I.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

_____. *A Construção da Ordem. A elite política imperial*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/Relume-Jumara, 1996.

_____. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CONRAD, Robert Edgar. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978
- LESSA, Renato. “*A Invenção da República no Brasil: da aventura à rotina*”, IN: Maria Alice Resende de Carvalho (Org.), *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.
- JACEGUAY, Arthur. *De Aspirante à almirante: minha fé de ofício documentada*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985.
- MATHIAS, Herculano Gomes. *História do Clube Naval*. Rio de Janeiro: Clube Naval, 1997
- MENDONÇA, Lauro Nogueira Furtado de. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 2001. 4vol.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. 8.ed. São Paulo: Difel, 1985.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Marinha de Guerra, 1880-1919*, RJ: Arquivo Nacional, 1999.
- SCHULZ, John. *Exército na política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- QUEIROZ, Tito Henrique S.. *O associativismo militar no Brasil (1890-1940)*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. UFF, 1997.